

HISTÓRIA NATURAL NA OBRA DE W. G. SEBALD

PAULA CAROLINA BETERELI
Universidade Federal de Minas Gerais
carolinabetereli@gmail.com

RESUMO

O escritor alemão W. G. Sebald (1944 – 2001) dedicou sua obra literária e ensaística à temática das catástrofes do período moderno no contexto europeu. *História Natural da Destruição*, por exemplo, trata especificamente do impacto causado pelo bombardeio aéreo nas cidades alemãs nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial e de como os escritores do pós-guerra falharam em “registrar aquilo que viram e preservá-lo para nossa memória”. Segundo o autor, nem os relatos testemunhais, nem as informações jornalísticas eram capazes de dar conta de “uma realidade que, em sua forma bruta, recusa a descrição”. Ciente dessa deficiência, Sebald procura formular uma saída para tal impasse através da literatura. Enquanto leitor de Walter Benjamin, Sebald problematiza a relação entre a narrativa advinda da tradição oral e a historiografia moderna. A contraposição que Benjamin faz em *O narrador* entre o historiador, que é obrigado a explicar de uma forma ou de outra os episódios com que lida, e o cronista, que representa tais episódios como “modelos de história do mundo”, prefigura o que, em Sebald, encontraremos no modelo narrativo do historiador natural, aquele que reúne em si as qualidades do cronista medieval, do protocientista e do sábio.

PALAVRAS-CHAVE: W. G. Sebald, guerra aérea, história, história natural.

NATURAL HISTORY IN W. G. SEBALD'S WORKS

ABSTRACT

The German writer W. G. Sebald (1944 - 2001) dedicated his literary work and essays to the theme of catastrophes of the modern period in the European context. *On the Natural History and Destruction*, for example, specifically addresses the impact of the aerial bombing on German cities in the last years of World War II and how the post-war writers failed to "record what they saw and preserve it for our memory". According to the author, either the eyewitness accounts neither journalistic information they were able to realize "a reality that, in its raw form, rejects the description." Aware of this deficiency, Sebald seeks to formulate a way out of this impasse through literature. As Walter Benjamin reader, Sebald discusses the relationship between the narrative arising from oral tradition and modern historiography. The contrast that Benjamin does in *The Storyteller* between the historian, who is obliged to explain in one way or another the episodes that read", and the chronicler, representing such episodes as "models of world history", prefigures which in Sebald we find the narrative model of the natural historian, one that brings together the qualities of the medieval chronicler, the protoscientist and the sage.

KEYWORDS: W. G. Sebald, air raid, history, natural history.

No diálogo intitulado *O Hóspede*, de Cesare Pavese (2007), Litières e Hércules discutem acerca do hábito de sacrificar homens a fim de que a colheita vindoura torne-se mais densa e proveitosa. Segundo Litières, o método consiste em obrigar um hóspede estrangeiro a labutar a terra, “espumar ao sol” e “suar de

cansaço” para somente quando o sangue deste estiver fervendo vivo, abrir-lhe a garganta e, estando ele ainda semivivo, esquarterar e espalhar suas partes por toda a terra. Hércules parece compreender: “Entendi. E assim o excremento do sangue é necessário aos deuses de vocês”. Litienses, entretanto, corrige: “Não deuses, mas a terra, estrangeiro. Vocês não vivem sobre uma terra?”. Ao que Hércules responde: “Os nossos deuses não estão na terra, mas regem o mar e a terra, a selva e a nuvem.” A resposta de Litienses é significativa: “Não o entendo, hóspede estrangeiro. A nuvem a pedra a gruta tem para nós o mesmo nome e não se separam”. Tanto em *Diálogos com Leucó*, de Cesare Pavese, assim como no mito referente aos quatro trabalhos impostos ao herói pela rainha Onfale, Litienses perde o desafio da colheita e é morto por Hércules. À concepção arcaica de “terra” que Litienses explicita, contrapõe-se a visão transcendental dos deuses do Olimpo. Nos diálogos, Hércules faz questão de demonstrar o atraso de tal crença na qual o mundo se resumiria “a terra, a Mãe e a gruta”: “[Os deuses] são uma estirpe de imortais. Venceram a selva, a terra e seus monstros. Mandaram para a gruta todos aqueles que como você espalham o sangue para nutrir a terra” (Pavese 2007: 117). A tentativa de exclusão de um mito em detrimento de outro e a consequente substituição de uma prática e de um saber por outros mais avançados e sábios não é exclusivo da era moderna. Tal procedimento segue documentado ao longo de toda a História da civilização ocidental.

1. HISTÓRIA

A palavra “história” advém do grego ἱστορία [descrição], que por sua vez deriva de ἵστωρ [testemunha], derivada da raiz Proto-Indo-Europeia *widstōr [“aquele que vê”] e consequentemente da raiz *weyd- [ver] (Watkins 2000: 87). História é o título da narrativa de 9 tomos que Heródoto escreve em cerca de 440 a.C. Nela são descritas narrativas míticas (como, por exemplo, o rapto de Europa), mas também registros da geografia e da religião Egípcia, os enfrentamentos bélicos entre a Grécia e seus vizinhos, as Guerras Médicas e outras tantas batalhas. As Histórias foram escritas em dialeto jônico, uma forma de apropriação do alfabeto fenício (dado que a unificação do alfabeto grego só se deu oficialmente em torno de 400 a.C., quando Atenas adotou a versão que passou a ser o padrão em toda a Grécia). Entretanto, pode-se dizer também que já em torno de 2100 a. C. o aprimoramento da escrita cuneiforme suméria já fomentara um “senso de história” (Meggs e Purvs 2015: 23), dado que as tabuletas em argila relatavam com meticolosa precisão os eventos que ocorriam durante o reinado de cada monarca.

Já a primeira aparição do termo “História Natural” ocorre em cerca de 77 a 79 d.C., enquanto título da enciclopédia escrita pelo historiador natural romano Plínio, o Velho. A *Naturalis Historiae* inclui a descrição matemática e física do

mundo; geografia e etnografia; antropologia e fisiologia humana; zoologia; botânica, incluindo agricultura, horticultura e farmacologia; farmacologia zoológica (veterinária); e mineralogia. A partir do século XVI, o termo vem a designar os estudos científicos, contrapostos à história política, ou seja, à história humana, e é hoje pouco empregado no âmbito das ciências. Simultaneamente, as *Histórias de Heródoto*, considerada uma composição literária livre semelhante à *Iliada*, de Homero, vem, com o passar dos séculos, a se transmutar na disciplina científica que visa a verificabilidade dos fatos com bases em provas e registros precisos. Nessa História que, conforme dita a doxa, designamos com H maiúsculo, não caberia descrever a forma como Europa, filha do rei da Fenícia, fora raptada por um Zeus disfarçado de touro a fim de despistar sua ciumenta esposa Hera; ou ainda como Cadmo, irmão de Europa e sucessor do trono da Fenícia, teria partido à procura de sua irmã e, nesse ínterim, matado um dragão e enterrado seus dentes como sementes, dos quais brotaram exércitos ferozes. Segundo o “mito”, Cadmo seria também o responsável por levar o alfabeto fenício para a Grécia. A historiografia moderna, entretanto, esclarece que o poder de Cadmo de conjurar exércitos a partir do nada pode se explicar pelo seu domínio do alfabeto. Movimentos de tropas, informes de batedores e ordens ao campo de batalha podiam ser entregues por escrito. O poder de Cadmo para erguer e comandar exércitos não advinha, segundo a historiografia moderna, do plantio dos dentes do dragão, mas do uso do alfabeto como uma ferramenta de informação e comunicação. (Meggs, 2009: 40)

O termo “história”, conforme indica sua raiz etimológica, guarda relação com o testemunho e com a visão. A descrição histórica, portanto, depende da figura desse outro, um narrador, que relataria os fatos ocorridos conforme ele os reconhece. Segundo Walter Benjamin, seria o “cronista” o “narrador da história”:

Pense-se no trecho de Hebel,¹ cujo tom é claramente o da crônica, e notar-se-á facilmente a diferença entre quem escreve a história, o historiador, e quem a narra, o cronista. O historiador é obrigado a explicar de uma ou de outra maneira os episódios com que lida; ele não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo. É exatamente isso, porém, o que faz o cronista, especialmente em seus representantes clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna. Ao colocarem na base de sua historiografia o plano da salvação, inescrutável em seus designios, libertaram-se com isso, desde o início do ônus da explicação verificável. Ela é substituída pela exegese, que não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas (Benjamin 2012: 226).

Curiosamente, seria justamente esse “fluxo insondável das coisas” o primeiro aspecto a ser banido da História com H maiúsculo. Francis Bacon, no século

¹ Benjamin aqui se refere à citação que faz de Johann Peter Hebel, na parte 11, e que categoriza como exemplo de profunda inscrição de um relato na história natural.

XVI, incluiu-a no círculo das ciências modernas enquanto “ciência da memória”, mas não sem antes parti-la em duas: história natural e e história civil. Tal divisão que segrega a história humana (ou seja, a política) da história natural (ou seja, a ciência) parece refletir as noções que Bruno Latour explicita em seu livro *Jamais Fomos Modernos*. Citando o livro *The Leviathan and the Air-Pump* dos historiadores da ciência Steven Schapin e Simmon Shaffer o autor situa dois atores como os pais fundadores do que seria a “Constituição Moderna”: Robert Boyle, cientista, criador da câmara de vácuo, um artefato dentro do qual é possível recriar diversos fatos ditos naturais que, se observados por um público seletivo e instruído dentro de um laboratório, deles se extrairiam leis gerais da natureza; e Thomas Robbes, teórico da política, que concebe a “República enquanto criação artificial paradoxal, composta de cidadãos unidos apenas através da autorização dada a uma pessoa para representá-los todos” (Latour 2013: 25), através do contrato social, sendo tal pessoa o próprio soberano, o Leviatã. Tais atores que em tudo estariam em concordância – “ambos desejam um rei, um parlamento, uma igreja dócil, e são adeptos fervorosos da filosofia mecanicista” (Latour 2013: 22) – divergem, entretanto, quanto aos métodos empregados. Enquanto Boyle reafirma o princípio jurídico e sacerdotal do testemunho de poucos, evocando a “cláusula da lei sobre a traição de Claredon de 1661 segundo a qual [...] dois testemunhos bastam para condenar um homem” (Shapin & Shaffer cit. por Latour 2013: 28), Hobbes afirma que “todos os seus resultados são obtidos não através da opinião, da observação e da revelação, mas sim através da demonstração matemática” (Latour 2013: 25), advinda de uma concepção mecanicista do próprio cérebro humano. Ou seja, enquanto Hobbes reduz e reunifica o corpo político à unidade absoluta do Leviatã, Boyle e a Royal Society, ao criar o método empírico, dividem tudo novamente e relegam à mera observação – a submissão do conhecimento aos enganosos sentidos - o núcleo fundamental de seu método. Entretanto, Latour argumenta que as duas invenções são, na verdade, somente uma, a qual consiste em um duplo artifício que produz uma simetria capaz de explicar ao mesmo tempo a natureza e a sociedade.

São dois pais fundadores, agindo em conjunto para promover uma única e mesma inovação na teoria política: cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e pela tecnologia. [...] Se formos até o fim da simetria entre as duas invenções de nossos dois autores, compreenderemos que Boyle não criou simplesmente um discurso científico enquanto Hobbes fazia o mesmo para a política; Boyle criou um discurso político de onde a política deveria estar excluída, enquanto que Hobbes imaginou uma política científica da qual a ciência experimental deve estar excluída. Em outras palavras, eles inventaram nosso mundo moderno, um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social (Latour 2013: 33).

A segregação e a supressão de uma série de saberes e práticas seria, portanto, somente um mero efeito colateral da Constituição Moderna.

Em *A Invenção das Ciências Modernas*, Isabelle Stengers (2013) versa justamente sobre como as ciências modernas se fundaram sobre um paradigma negativo, ou seja, sobre a definição do que não é ciência. E o que, no caso, não viria a ser considerado ciência, em torno de 1600? Nas palavras de Stengers, a charlatanice. A ciência, para a autora, teria se fundado sobre a descrição positiva do charlatão – a figura de um pseudocientista que não se baseia necessariamente sobre o que pode ser verificado pelo método empírico, mas que se guia pelo que pode ser designado como “supertição” ou “mística”. São assim chamadas de charlatãs a alquimia – cuja irmã séria seria a química – e a astrologia – cuja outra irmã séria seria a astronomia. O historiador natural, ou naturalista, também termina, com a crescente especialização das ciências, a ingressar nessa leva. Afinal, nem a matemática de Hobbes nem os artefatos técnicos e a corte de testemunhas selecionadas seria capaz de dar conta do fluxo insondável das coisas. Os naturalistas antigos e medievais estendem sua pesquisa – sua história – também ao nível dos fenômenos invisíveis. Muitos dos animais e plantas que se encontram detalhadamente descritos em seus livros e tratados são considerados hoje por nós como “imaginários” e não-existentes: ou seja, tão ficcionais quanto as diversas quimeras que constam no *Livro dos seres imaginários*, de Jorge Luis Borges. Isso para não falar de casos que tratam de uma correção ou desmistificação em torno de determinado traço ou característica de algum ser vivo. O naturalista francês Lacépède, no seu *Histoire naturelle des poissons* [História natural dos peixes], que data de 1798–1803, descreve que, diferentemente de outros peixes, o arenque pereceria tão logo é retirado da água devido a uma espécie de infarto fulminante. Entretanto, como se averigua mais tarde, os arenques já vinham mortos à terra pois, ao tentarem desesperadamente atravessar as extensas redes de pesca no qual eram aprisionados, acabavam por prenderem as guelras na própria malha da rede e, nesse longo processo que levava de 6 a oito horas, morriam por sufocamento.

Em seu artigo para a Enciclopédia Einaudi sobre o Gosto, Giorgio Agamben chama a esses saberes segregados pela ciência moderna de ciências divinatórias. Se valendo da interpretação de Simplício acerca do final do livro VII da *República* de Platão, Agamben afirma que “a ciência antiga deixava necessariamente livre nos fenômenos o que neles era pura aparência [...] abrindo ao lado de si um espaço que podia ser ocupado sem contradição pelas ciências divinatórias” (Agamben 2015: 48).

Voltemos ao exemplo da astronomia e da astrologia que, segundo Agamben, conviveriam pacificamente na antiguidade:

[...] a primeira limita-se, de fato, a explicar os movimentos das estrelas e as suas recíprocas posições, de modo a “salvar as aparências” no sentido que Simplício dá a esta expressão, mas sem dar razão como tais, das belas figuras que as estrelas desenham no céu. O fenômeno “salvo” da ciência deixa então inevitavelmente um resíduo livre, um

significante puro que a astrologia pode pegar como o próprio suporte e tratar como um suplemento de significação para distribuir em seu próprio arbítrio (Agamben 2015: 49).

Ainda segundo Agamben, existiram no mundo antigo duas espécies de saber: “um saber que se sabe, isto é as ciências no sentido moderno, [...] e o saber que não se sabe, isto é, as ciências divinatórias [...]” (Agamben 2015: 49). O que a ciência moderna viria a fazer é justamente operar a exclusão do saber que não se sabe da esfera do conhecimento. Todavia, o desaparecimento das ciências divinatórias tradicionais não assinala em modo algum o desaparecimento do saber que não se sabe.

2. HISTÓRIA NATURAL DA DESTRUIÇÃO

Durante as conferências proferidas na Universidade de Zurique no ano de 1997, W. G. Sebald, refletindo a famosa passagem de Marx, “Vê-se como a indústria, em sua história e em sua existência, que se tornou objetiva, é o livro aberto das forças da consciência humana, a psicologia humana existindo em sua forma” (Sebald 2011: 63-64) faz as seguintes perguntas ao público presente:

A história da indústria como o livro aberto do pensamento e sentimento humanos - é possível que a teoria materialista do conhecimento, ou outra teoria do conhecimento qualquer, subsista diante de tal destruição? Ou não temos aí, pelo contrário, o exemplo irrefutável de que as catástrofes que, de certo modo, preparamos sem notar, e depois parecem irromper de repente, antecipam numa espécie de experimento o ponto em que, de nossa história que por tanto tempo consideramos autônoma, recaímos na história natural? (Sebald 2011: 63-64)

Uma história natural da destruição. Afinal, o que deveria observar o naturalista que se dedicasse à observação e ao estudo do fenômeno da destruição? Como todo bom naturalista, ele buscaria atentar para as diversas dimensões de seu objeto de estudo. O aniquilamento de toda uma cidade por meio de bombardeios aéreos, por exemplo, catástrofes de grande porte. Mas também deveria ele se ater ao contingente mínimo da ruína? Nas formas mais ínfimas, entre tantas, por exemplo: a areia e o pó. Sebald faz, ele próprio, um breve levantamento de certos fatos naturais da vida em meio aos escombros: o comportamento migratório das populações atingidas que “mal encontravam abrigo em algum lugar, já partiam novamente”; a proliferação abundante de moscas, vermes e ratazanas – “raro documento da vida em meio a destruição”; a flora que tão rapidamente se regenerava, recobrando densamente a superfície e, em certos casos, apresentando uma segunda floração anual inesperada; e, por fim, a vida comum: a tentativa de retomada da rotina e da vida social.

Logo após um bombardeio aéreo, os moradores de um bairro vizinho não atingido podiam ser vistos tomando café nas varandas e assando bolos. E também, dentre os que sobreviveram, fenômeno similar: conta-se de uma

mulher limpando as janelas de sua casa, que permanecera intacta em meio aos escombros; e de crianças limpando e arando o que, horas atrás, teria sido um belo jardim. Não somente os hábitos mais básicos do viver persistiram: pouco antes do armistício, ainda era possível assistir a ópera em Berlim ou um concerto em Hamburgo. O que pode parecer, a primeira vista, um inaceitável absurdo, por sua vez assume, à luz da história natural, contornos menos moralizantes. Segundo Sebald, “a rotina cotidiana que desconsidera as rupturas catastróficas é o meio mais eficiente e natural de preservar o chamado bom senso”. Em contextos que ultrapassam em muito a capacidade de compreensão, preservar a sanidade significa também preservar a própria vida. Preservar o senso é o que resta quando já não é mais possível preservar, sequer, os sentidos. Vejamos, por exemplo, o caso da queda de Dresden, mencionado por Sebald em *Guerra Aérea*:

Com o que nós sabemos hoje sobre a queda de Dresden, parece-nos improvável que alguém que estivesse sobre o terraço Brühl na época, coberto de centelhas e vendo o panorama da cidade incandescente, pudesse escapar daí com o juízo intacto. [...] Consumindo dentro de poucas horas todos os seus prédios e árvores, seus moradores, os animais domésticos, os equipamentos e as instalações de toda espécie, a morte pelo fogo de uma cidade inteira tinha que resultar numa sobrecarga e paralisia da capacidade de pensar e de sentir daqueles que conseguiram se salvar. (Sebald 2011: 43)

Que teriam visto, afinal, os sobreviventes de Dresden, se tivessem assistido de frente a destruição de toda a cidade? Bastam alguns passos para o lado, e teríamos uma nova pergunta: que teriam visto os moradores daquele subúrbio intacto de Hamburgo, que, aparentemente, seguiam como antes, vivendo suas vidas? Que se passara nessa visada periférica? E sigamos ainda mais longe: como pareciam ao canhoeiro as chamas de Colônia, do litoral holandês; ou Darmstad, à quinze quilômetros de distância do príncipe de Hesse; ou Dresden, para o prisioneiro de Therensienstadt?

Talvez a descrição mais contundente de uma visada possível seja a de Harald Hollestein. Da explosão de tanques de óleo do porto de Harburg, ele descreve um espetáculo de cores “no qual o amarelo e o vermelho das chamas se misturavam sobre o cenário do escuro céu noturno para depois se separarem novamente” (Hollestein 2011: 44). Em seu relato, ele prossegue:

[...] nunca vi, nem mais tarde, um amarelo tão limpo e luminoso, um vermelho tão vibrante, um laranja tão irradiante. [...] Nunca mais voltei a ver cores tão saturadas e luminosas, nem em pinturas. E ainda que eu mesmo tivesse me tornado um pintor, [...] teria que passar minha vida inteira atrás dessas cores puras (Hollestein 2011: 45).

Há, ainda, a visada que nada viu. Para Sebald, o problema espacial não diz respeito tão somente àqueles que presenciaram de frente, de viés ou de longe os ataques aéreos, mas também aqueles que não estavam nem podiam estar lá para ver – assim como ele próprio. O evento em si –o bombardeamento aéreo de bairros ou cidades inteiras– fornece limites precisos à percepção humana.

Podemos imaginar um círculo, cujo núcleo é a bomba em si. O raio traçado a partir desse núcleo delimita a distância plausível do olhar. O terraço de Bruhl representa esse limite hipotético. Há outros pontos possíveis no espaço do qual a explosão ainda se dá a sentir – mais ao lado, mais longe, ainda mais longe... Entretanto, nem mesmo a soma de todos os fragmentos de percepção citados por Sebald são capazes de fornecer uma descrição precisa do que ocorre dentro desse perímetro inobservável. Eis a necessidade, portanto, da intervenção de um olhar sinótico, isto é, um olhar puramente artificial, capaz de ao menos descrever sinteticamente os efeitos imediato das bombas lançadas ao ar.

Bombas explosivas de 4 mil libras despedaçavam inicialmente todas as janelas e as portas, arrancando-as dos caixilhos; com dispositivos incendiários leves, atingiam-se então os sótãos, ao mesmo tempo em que bombas incendiárias com um peso de até quinze quilos penetravam nos pavimentos mais profundos. Dentro de poucos minutos, em toda a área atacada - cerca de vinte quilômetros quadrados - queimavam fogueiras gigantescas que iam se juntando em tal velocidade que, quinze minutos após o lançamento das primeiras bombas, todo o espaço aéreo formava um mar de chamas contínuo, até onde se podia enxergar (Sebald 2011: 36).

“Até onde se pode enxergar” é a expressão que marca a distância entre o observador e o núcleo da catástrofe. A princípio, esse núcleo é um ponto vazio, inobservável; um lugar em que ninguém pode estar. Diante dele, mesmo o olhar artificial fica a dever. Esse limite, entretanto, não leva a concepção do fora como um mistério saturado de vida. Pelo contrário, o fora da catástrofe científica já não pode mais ser resumido na contraposição Mãe/gruta dos povos da antiga Lídia, mas sim algo de todo inverso: a morte humana como resultado de um estratagema antropocêntrico, conforme Aby Warburg assim intuía:

O norte-americano de hoje não tem mais medo da cascavel. Ele a mata. De qualquer maneira, ele não a idolatra. Ela agora defronta-se com o extermínio. O relâmpago aprisionado em cabo – eletricidade capturada – produziu uma cultura que não tem necessidade do paganismo. O que o substituiu? As forças naturais não têm mais modos antropomórficos ou biomórficos; são antes ondas infinitas obedientes ao toque humano. Com essas ondas, a cultura da era da máquina destrói o que as ciências naturais, nascidas do mito, tão arduamente conquistaram: o espaço para devoção, que envolvia, a seu turno, um espaço requerido para a reflexão. (Warburg 2005: 29)

Um historiador natural que se dedicasse à matéria da destruição fatalmente constataria essa lacuna, na qual somente o trabalho ficcional logra atuar. Entretanto, ele se vê impelido a não mais contar histórias ou adivinhar um mistério: ele deve inserir-se no próprio núcleo inobservável e dele fazer germinar – ali, justamente onde a vida se fez impossível – uma forma de apresentação vital da catástrofe. Isto é evidente na própria literatura de Sebald que, conhecidamente, faz uso ostensivo de imagens em seus escritos. À maneira do historiador natural, a trama entre texto e imagem é tecida por viajantes, andarilhos, passeadores que, à medida que caminham, recolhem fragmentos e

estilhaços –signos que se dão a ver nos veios de uma folha seca, em recortes de jornal, em cartas e bilhetes, nas biografias dos poetas, nos olhos dos animais–, e forjam, para cada um desses elementos, seu próprio enigma, assim como teriam feito os primeiros naturalistas, para os quais a astronomia e a astrologia possuíam uma relação estreita.

3. HISTÓRIA NATURAL

Em *Os Anéis de Saturno*, o narrador sebardiano empreende uma viagem a pé pela costa norte da Inglaterra e encontra em seu caminho diversas tendas a beira mar. Não se tratam de antepassados nômades a procura de uma boa morada, mas sim de parques pescadores. Devido ao acúmulo de metais pesados nas águas do Dodger Bank, já não há mais muitos peixes e um terço deles já nascem “com estranhas deformidades e excrecências” (Sebald 2014: 63). No passado, porém, o Mar do Norte apresentara uma diversidade exemplar de fauna marinha e a superabundância do arenque chegou a ameaçar a indústria da pesca. Cardumes gigantescos eram lançados na costa pelo vento e pelas marés, cobrindo extensões quilométricas. Somente uma pequena parte da safra podia ser recolhida pela população local, enquanto o resto apodrecia em poucos dias, “oferecendo a terrível imagem de uma natureza que sufocava em sua própria abundância” (Sebald 2014: 64). O arenque servia como “emblema da indestrutibilidade na natureza” e sua pesca, “um cenário exemplar na luta da humanidade com o poder da natureza” (Sebald 2014: 64). A pesca industrial do arenque era de fato tão comum e as quantidades tão elevadas (em 1770, o número de arenques pescados beirava os sessenta bilhões anuais) que os historiadores naturais foram levados a buscar consolo na “ideia de que a humanidade é responsável apenas por uma parcela da infundável destruição que ocorre no ciclo da vida” (Sebald 2014: 67). De fato, nem todas as catástrofes relativas ao arenque pareciam ter participação humana. Aparentemente, o arenque serviria de alimento não somente para nós, mas também para hadoques, rêmoras, congros, cações e bacalhaus. Entretanto, fomos nós que empreendemos estranhos experimentos de mutilação do peixe a fim de “compreender” por quanto tempo ele poderia sobreviver fora d’água. Também fomos nós que, observando o brilho que a pele do arenque adquiria após a morte, nos dedicáramos a colher a substância luminescente que “conduziria à fórmula para produzir uma essência orgânica de luz capaz de se regenerar infinitamente” (Sebald 2014: 68-69). Fato é que o fracasso desse empreendimento não representara mais que um “contratempo insignificante na irresistível conquista das trevas” (Sebald 2014: 69).

O narrador diz já ter deixado a praia a um bom tempo e se senta em um banco de seixos a beira do lago onde o major George Wyndham Le Strange teria ido morar após sua última participação na Segunda Guerra Mundial: a

libertação do campo de Bergen-Belsen. O narrador se lembra de ter lido um artigo de jornal onde se afirma que o major falecido recentemente teria, nos últimos anos de sua vida, dispensado todos os empregados de sua mansão e mantido apenas uma única governanta, a quem lhe pedia somente o favor de jantar com ele todas as noites. Afora esses dados citados pelo jornal, “claramente motivados pela observação” (Sebald 2014: 72), o narrador diz circular em “nas aldeias vizinhas as suas terras algumas histórias referentes ao próprio major, às quais provavelmente se deve dar crédito apenas limitado” (Sebald 2014: 72). Tais rumores diziam, por exemplo, que tendo o major esgotado as suas roupas e não vendo razão em comprar novas, começara a usar aquelas guardadas em baús no sótão, roupas de seus antepassados de outras épocas. Outros diziam tê-lo visto cercado de aves que corriam ao seu redor e voavam a sua volta. Ou ainda que cavara um buraco em seu jardim e lá teria se sentado nu, por dias e noites. “Mas a mais curiosa de todas as lendas”, conforme cita o narrador, teria sido aquela que se originou na funerária, “segundo a qual a pele clara do major ficara verde-oliva quando ele morreu, seu olho cinza-ganso ficara retinto e seu cabelo níveo, preto feito corvo” (Sebald 2014: 74). E o narrador conclui o trecho em questão da seguinte forma: “Até hoje não sei o que pensar dessas histórias” (Sebald 2014: 74).

Há, entretanto, entre o momento em que o narrador encerra suas reflexões sobre o arenque e, sentado no banco de seixos, começa a se lembrar do artigo de jornal sobre a morte do major, uma passagem que dificilmente poderia ser transcrita em paráfrases. Trata-se do seguinte trecho:

O lago é circundado pela guirlanda verde de um bosque de árvores decíduas que está morrendo aos poucos, devido à crescente erosão da linha costeira. Sem dúvida, é só uma questão de tempo até que o banco de seixos se rompa numa noite de tempestade e o aspecto de toda a região seja modificado. Mas naquele dia em que me sentei naquela margem calma, era possível imaginar que se contemplava a eternidade. Os véus de névoa que de dia se deslocam na direção da terra haviam se dissipado, a abóbada celeste estava vazia e azul, nenhuma brisa agitava o ar, as árvores pareciam de pintura, e nenhum pássaro voava sobre a água marrom-aveludada. Era como se o mundo estivesse sob uma redoma de vidro, até que imponentes cúmulos vindos do oeste lançaram lentamente uma sombra cinza sobre a terra. Talvez tenha sido esse escurecimento que me fez lembrar de um artigo que eu recortara do Eastern Daily Press vários meses antes, a respeito da morte do major George Wyndham Le Strange [...] (Sebald 2014: 69).

Três momentos podem ser descritos através desta observação da paisagem: a condição temporária do lago –a erosão como constante esmaecimento da margem entre terra e água, e a tempestade (com o conseqüente rompimento do banco de seixos) como uma mutação drástica; uma paisagem praticamente estática que passa a impressão de imutabilidade, “como se o mundo estivesse sob uma redoma de vidro”; o movimento das nuvens, gerando a sombra e o escurecimento. Se o primeiro momento constitui uma imagem da mutabilidade da natureza, o segundo configura justamente o seu

contrário, enquanto o terceiro devolve o movimento à paisagem, mas sob a forma das sombras e do escurecimento, o que faz lembrar ao narrador justamente uma passagem verdadeiramente catastrófica da história. A foto que o leitor vê em seguida, em página dupla, é de uma floresta: os corpos estão enfileirados sob as sombras que as árvores projetam no chão. Nas páginas seguintes, Bergen-Belsen não é mais mencionado, mas tão somente as já citadas lendas que circulavam acerca da vida reclusa do major. Entretanto, como poucas vezes, nós, que não estávamos lá, pudemos ver Bergen-Belsen – seu núcleo inobservável. Somos levados pelo autor através de uma série de fenômenos perceptivos e, da centelha colorida do arenque ao recluso Major – trajeto esse que faz pensar na iluminação das cidades, numa ontologia orgânica infinita, no pó espesso da iluminação -, temos uma imagem que é imediatamente texto e visão, porém não ao modo literal verbico-visual, mas à maneira do historiador natural, isto é, enxertando no inobservável do acontecimento –a guerra– a vida subtraída e, conseqüentemente, a possibilidade de sua percepção. O historiador natural sebardiano é, por fim, aquele que procura fazer do enredo um espaço topográfico onde então uma narração cruza de um estilhaço a outro, um fragmento a outro, procurando, entremeio, a decantação de um elemento residual de vida.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, G. (2015), *Gusto*, Macerata, Qhodlibet, (trad. não publicada de Ferraz, B. e Vasconcelos, L., *Gosto*, 2015).
- BENJAMIN, W. (2012), *Obras Escolhidas I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- LATOUR, B. (2013), *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*, São Paulo, Editora 34.
- MEGGS, P. B. e PURVIS, A. W. (2009), *História do design gráfico*, São Paulo, Cosac Naify.
- PAVESE, C. (2007), *Diálogos com Leucó*, São Paulo, Cosas Naify.
- SEBALD, W. G (2011), *Guerra Aérea e Literatura*, Com Ensaio sobre Alfred Andersch, São Paulo, Companhia das Letras.
- SEBALD, W. G (2014), *Os Anéis de Saturno. Uma peregrinação inglesa*, São Paulo, Companhia das Letras.
- STENGERS, I. (2002), *A invenção das ciências modernas*, Rio de Janeiro, Editora 34.
- WARBURG, A. (2005), *Imagens da Região dos Índios Pueblo*, Revista Concinnitas, Rio de Janeiro, editora UFRJ.
- WATKINS, C. (2000), *American Heritage Dictionary of Indo-European Roots*, Boston, Houghton Mifflin Harcourt.